



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 9/69

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE AUTOS EM PODER DE  
ADVOGADOS.

O DESEMBARGADOR NORBERTO DE MIRANDA RAMOS, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e

ATENDENDO a que urge disciplinar e uniformizar o sistema de cobrança de autos que, escoado o prazo legal, não foram devolvidos a cartório, pelos advogados;

ATENDENDO a que, a respeito, invocando a lição de HEROTIDES LIMA, o eminente Desembargador MARCÍLIO MEDEIROS, quando Corregedor Geral da Justiça, registrou no Provimento nº 16/67, as considerações que se seguem: "A inércia da parte, não autoriza a retenção indefinida dos autos, porque o advogado fica sempre obrigado a devolvê-los (pois, a regra é que sob pretexto -- nenhum poderá segurá-los, findo o prazo que tem para falar). Deve o Escrivão ficar alerta à retenção e desca -- minho de autos, levando ao conhecimento do magistrado o que scuber, porque o Escrivão é responsável pelos autos do cartório; e do seu silêncio se pode inferir que está acumpliciado com o advogado, por negligência ou contemplação. Sabedor da retenção abusiva, o Juiz deve providenciar, imediatamente, e com decisão, empregando até medidas criminais, se fôr o caso. O advogado não é arquivista de autos, porque estes pertencem ao Estado, embora sob a guarda dos Escrivães, como ensina o grande JOÃO MENDES JUNIOR. Com reclamação ou sem reclamação da parte, a retenção é defesa";

ATENDENDO a que, sobre o assunto, cumpre serem atendidas as disposições do Estatuto da Ordem dos Advogados (Lei nº 4.215, de 24/4/1963),

RECOMENDA aos Senhores Juizes de Direito e Substitutos, a observância das normas que se seguem:



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

a) - Escoado o prazo legal da devolução dos autos, será feita intimação de carácter pessoal, para que o advogado, no prazo que lhe fôr assinado, providencie a sua devolução voluntária;

b) - Não observado, este último prazo, será promovida a necessária cobrança, através de mandado e - para a imediata devolução ao Oficial de Justiça encarregado de cumprir tal diligência;

c) - Ao advogado que houver deixado de restituir os autos no prazo legal, assim se entendendo o já existente ao tempo de sua retirada do cartório (Lei nº 4.215, de 27/4/1963, art. 89, nºs. XVI, XVII e XVIII), e só o fizer depois de intimado, não será permitida vista, nos mesmos autos, até o encerramento do processo (idem, art. 89, nº IV), caso em que se oficiará ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Santa Catarina, para as demais sanções cabíveis (idem art. 89, nº XVIII, "b").

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Florianópolis, 17 de setembro de 1969.

  
Corregedor Geral da Justiça